

# DEMOCRACIA PRECÁRIA ENFRAQUECE A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

Jô Amado  
Jornalista

Daniel Garcia



Dolores Arroyo, viúva do dirigente comunista Ângelo Arroyo (assassinado em 1976), durante homenagem em 25/3/2010

*A Comissão Nacional da Verdade, pensada no âmbito do PNDH-3 como meio de apuração dos crimes da Ditadura Militar, chega ao Congresso na forma de projeto de lei e com suas finalidades iniciais diluídas. “Isso sim é um tema polêmico para mim”, protesta Criméia Almeida, “três comandantes militares e um ministro decidem que o Programa tem que ser mudado. Trata-se de uma democracia precária, um poder acima dos três poderes, o que não condiz com a sociedade democrática”*

“**A** vida política brasileira, de certa forma, reproduz o caráter nacional. Há sempre uma alma exterior e uma alma interior. Exteriormente, somos sempre republicanos, democratas, civilizados. Mas interiormente não podemos abrir mão do nosso passado que continua vivo — a truculência, a exploração do mais fraco, a construção de uma sociedade doméstica ampliada” diz o professor Fábio Konder Comparato, advogado, jurista e doutor em Direito pela Universidade de Paris. “É isso que nos vem à mente quando vemos que a Comissão da Verdade do Programa Nacional de Direitos Humanos apresentada pelo governo Lula foi literalmente condenada. Para nós, quando muda um regime político todas as maleficências do passado têm que ser enterradas e é de muito mau gosto desenterrá-las”, ironiza, referindo-se à enorme resistência de setores da sociedade à proposta de apurar os crimes da Ditadura Militar.

Enquanto em nosso país o PNDH-3 causa reações violentas dos militares, há, na América do Sul, inúmeros exemplos de que crimes de lesa-humanidade são imprescritíveis e devem ser punidos. Na Argentina, até 2009, 263 militares e policiais foram presos ou processados por crimes cometidos durante o período ditatorial. Também Chile e Uruguai continuam colocando na cadeia agentes do Estado responsáveis por seqüestros, torturas e assassinatos. Muitos dos punidos foram treinados pela Ditadura brasileira que, no contexto da Operação Condor, realizada com a anuência dos Estados

Unidos, tinha a função de exportar técnicas de repressão.

Os militares brasileiros colocaram na linha de tiro a futura Comissão Nacional da Verdade, a ser criada em projeto de lei enviado pelo presidente Lula ao Congresso Nacional em 12 de maio de 2010. A comissão foi planejada pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, com apoio dos movimentos sociais, como forma de apurar, no âmbito do PNDH-3, fatos da repressão política ocorrida entre 1964 e 1985. Fatos como o assassinato do jornalista Mário Alves, veterano dirigente comunista, empalado vivo com um ferro em brasa em janeiro de 1970 no quartel da Polícia do Exército, onde funcionava o Destacamento de Operações de Informações (DOI) do Centro de Operações de Defesa Interna (CODI), na rua Barão de Mesquita, no Rio de Janeiro. Ou o desaparecimento do ex-deputado Rubens Beirodt Paiva.

Os ataques da mídia, do ministro Nelson Jobim, da Defesa, e dos comandantes das Armas fizeram o governo mitigar a proposta inicial, reduzindo e limitando, no texto do projeto de lei, o escopo de atuação da comissão. O período a investigar é muito amplo (1946 a 1985) e o tempo para realizar a tarefa, muito curto: dois anos. E, ao optar por submeter um projeto ao Congresso, em vez de criar a comissão por decreto, novos obstáculos certamente surgirão no caminho da temida comissão.

Criméia Almeida, presidente da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos Brasileiros, observa que mesmo o nome da comissão foi alterado: “Para nós, fami-

liares, deveria ser uma Comissão de Verdade e Justiça. Por que Comissão de Verdade e Justiça? Porque nós entendemos que o país não precisa apenas conhecer a sua história. Também é preciso que seja feita justiça. É óbvio que não entendemos que esta comissão vá substituir o Judiciário, mas ela tem o poder, a autonomia e a liberdade para interrogar pessoas e fornecer ao Judiciário subsídios para um processo de punição dos responsáveis, dos criminosos, dentro do processo jurídico normal do país.”

“As outras polêmicas”, prossegue Criméia, “como a questão do aborto, a questão dos símbolos religiosos nos locais públicos, a questão da imprensa e a questão da terra são pontos que surgem como apoio dessas instituições — a Igreja, a grande mídia, o latifúndio e o agronegócio só se manifestaram depois das ameaças do ministro Nelson Jobim. Vejo isso como gesto de solidariedade à posição de Jobim de impedir a punição dos torturadores. Este sim, é um tema polêmico para mim. Isso porque três comandantes militares e um ministro decidem que o Programa tem que ser mudado. Trata-se de uma democracia precária, um poder acima dos três poderes, o que não condiz com a sociedade democrática.”

Renato Martinelli, ex-militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), considera que a reação das elites e das Forças Armadas à criação da Comissão Nacional da Verdade é, essencialmente, a de ocultar a história. “Minha opinião é que a gente vive a nossa vida para a frente, mas quando queremos refletir sobre ela temos que voltar no tempo, pois é difícil entender o que acontece sem conhecer

a história”, diz.

“Essa tentativa de mistificar, de não reconhecer a verdade, envolve tanto a elite quanto as Forças Armadas. Agiram unidas desde o golpe, com a mesma estratégia, e assim continuam até hoje, com o mesmo discurso, mas mais enfraquecidas em relação à época do pós-golpe”, prossegue, citando uma crítica da *Folha de S. Paulo* à Comissão de Anistia quando foram reconhecidos os direitos do ex-capitão Carlos Lamarca. O jornal, afirma, “adotou a versão dos golpistas em relação aos militares que se insurgiram contra o golpe militar”.

Enquanto os antigos militantes de esquerda escancaram “de peito aberto” seus antigos segredos, as instituições militares e as elites optam por “encobrir os verdadeiros acontecimentos”, pensa Martinelli. “Você vê todos os que se insurgiram contra a Ditadura colocando suas verdades na mesa, às vezes até revelando seus segredos e de uma maneira bem ampla, através de livros, de reportagens, de várias formas de comunicação. E fazendo isso de rosto erguido, olhando de frente a história e com orgulho de sua participação”.

O único militar punido por Lula, durante os meses em que o PNDH-3 foi bombardeado, foi o general Maynard Marques de Santa Rosa, exonerado do cargo de chefe do Departamento Geral de Pessoal do Exército depois de atacar, em carta publicada na Internet, o que chamou de “comissão da calúnia”, “composta dos mesmos fanáticos (*sic*) que, no passado recente, adotaram o terrorismo, o seqüestro de inocentes e o assalto a bancos, como meio de combate ao regime, para alcançar o poder”. Pouco



Criméia Almeida



Renato Martinelli

***“A reação das Forças Armadas é inconcebível e incompreensível, pois cabe a elas reconhecer sua atuação desastrosa e porque nada as afeta se reconhecerem que, num dado momento, agiram mal”, diz Vladimir Safatle***

tempo depois, passou à reserva, por haver atingido o tempo limite na ativa.

“A Comissão da Verdade colocou em realce a relação da democracia e das Forças Armadas. Trata-se de uma relação que está sendo construída. No Brasil, sempre foi uma relação conturbada. Desde a formação da República, que nasceu de um golpe militar liderado pelo marechal Deodoro da Fonseca, passando pela ditadura Vargas, pelo Estado Novo e pelo golpe de 1964, as Forças Armadas sempre procuraram intervir no processo político e não podemos deixar de afirmar que é uma instituição que faz uso da força. Ou seja, quando entram na política, o fazem de forma autoritária e por meio do uso da força”, diz Edson Teles, doutor em Filosofia e co-autor, com Vladimir Safatle, do livro sugestivamente inti-

tulado *O que resta da ditadura*.

“Então, a Comissão da Verdade coloca em evidência uma relação já tradicional, mas também coloca em evidência uma instituição que, durante os 25 anos da Ditadura Militar, não se limitou a ter alguns setores mais radicalizados, mas também organizou um sofisticado sistema de repressão política. A Comissão da Verdade tende a colocar em questão esse papel das Forças Armadas no país.”

“De fato”, acrescenta Safatle, “a reação das Forças Armadas brasileiras é inconcebível e incompreensível. Inconcebível porque cabe às Forças Armadas reconhecer a atuação desastrosa que tiveram no período da ditadura. Cabe a elas fornecer à sociedade civil uma garantia de que atitudes dessa natureza jamais voltarão a ocorrer no território nacional. E in-

Fotos: Daniel Garcia



Edson Teles



Vladimir Safatle

***“Tanto uma sociedade democrática como uma autocrática induzem o Estado a necessitar de Forças Armadas para a proteção dissuasória e coercitiva de seus interesses”, sustenta o general Amarante, pesquisador da UFF***

compreensível porque nada as afeta se elas reconhecerem que, num dado momento, agiram mal, calcularam mal, quebraram liberdades democráticas, um mínimo de paz social necessário para se organizarem os partidos políticos no Brasil.”

Diante de tamanha resistência à democratização do país e ao acerto de contas com a Ditadura, pergunta-se: que papel cabe aos militares na atual sociedade brasileira? Que projeto acalentam? “Numa sociedade democrática, o papel das Forças Armadas é a defesa nacional contra agressões externas e a dissuasão contra aventuras de outros países que ponham em risco o nosso. No caso do Brasil, devido à história de intensa participação política dos militares na política e aos vinte anos de Ditadura Militar, o processo de controle civil por parte dos milita-

res tem sido longo e cheio de percalços, mas avança, apesar de tudo”, diz o professor João Roberto Martins Filho, da Universidade Federal de São Carlos. “Exemplo disso são a criação do Ministério da Defesa, em 1999, e a decretação da Estratégia Nacional de Defesa (END), em 2009”.

No entender de Martins Filho, a END é “o primeiro documento a definir as prioridades estratégicas do país e as conseqüentes necessidades das Forças Armadas em termos de modernização, com ênfase na necessidade de o Brasil produzir aqui seus armamentos. Representa um avanço em vários pontos, como a criação de um Estado-Maior da Defesa.”

O general de divisão José Carlos Albano do Amarante, pesquisador associado ao Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade Fede-

ral Fluminense, explica que a END “consiste em um plano que, ao mesmo tempo, reafirma a soberania nacional e promove o desenvolvimento econômico e tecnológico do país”. Segundo Amarante, a END “prevê a definição de três grandes opções estratégicas: a reorientação da doutrina das Forças Armadas, a reconstrução da indústria nacional de defesa (privada e estatal) e a discussão do serviço militar obrigatório”.

Na visão do general, é verdade que “a guerra possui uma natureza violenta e produz efeitos sociais controversos, o que suscita embaraçosos questionamentos”, mas nem por isso se deve “conduzir a uma atitude ingênua e passiva de não-proteção dos interesses e das riquezas do Estado”. Em suma: “A regra da prudência e da responsabilidade exige que, para cumprir o seu papel, o Estado necessita dispor de meios militares compatíveis com seus interesses e riquezas. Por essa razão, tanto uma sociedade democrática, como uma autocrática, induzem o correspondente Estado a necessitar da existência de Forças Armadas para a proteção dissuasória e coercitiva de seus interesses.”

Até o momento, porém, a proteção coercitiva dos interesses do Estado, por parte das instituições militares, tem-se voltado para a defesa de valores antidemocráticos e antipopulares compatíveis somente com a antiga Doutrina da Segurança Nacional e do “inimigo interno”, e visíveis nos ataques ao PNDH-3. Como enquadrar na EDN, por exemplo, a recente criação da 11ª Brigada de Infantaria Leve (antiga Brigada de Infantaria Blindada), denominada “Garantia da Lei e da Ordem” (GLO)?